

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL E DA ALEMANHA

LUIS FELIPE ORSATTO

ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

ANDERSON QUEVEDO DO NASCIMENTO

ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

CLEA BEATRIZ MACAGNAN

ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)

Introdução

As cooperativas de crédito desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atuam, principalmente em função de seu papel na mobilização de poupança e concessão de crédito. Mecanismos de governança são fundamentais para um sistema cooperativista financeiro sólido e sustentável. Uma maneira de atenuar a assimetria informacional é mediante a evidenciação das informações de sustentabilidade, ainda mais no que diz respeito às cooperativas, visto que são norteadas pelos princípios cooperativos.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Tendo como escopo as cooperativas de crédito alemãs e brasileiras e os indicadores de evidenciação de sustentabilidade, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de evidenciação de informações sobre as práticas de sustentabilidade de cooperativas de crédito brasileiras e alemãs? O artigo tem por objetivo verificar o nível de evidenciação das informações representativas de sustentabilidade nas cooperativas brasileiras e alemãs, estabelecendo um comparativo entre o cenário de evidenciação destas informações de sustentabilidade de cooperativas de crédito no Brasil e Alemanha.

Fundamentação Teórica

As instituições financeiras cooperativas surgiram na Alemanha, como instituições filantrópicas de autoajuda, destinadas a incentivar os trabalhadores a acumular economias. No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi criada em 1889, em Minas Gerais. Características intrínsecas às cooperativas podem levá-las a problemas de agência. A evidenciação de informações de sustentabilidade pode mitigar a assimetria informacional e conflito de interesses. Diferentemente do Brasil, na Alemanha as cooperativas de crédito são obrigadas a divulgarem informações de sustentabilidade.

Metodologia

Amostra das 30 maiores cooperativas de crédito do Brasil e da Alemanha, em ativos totais. Foram adaptados os indicadores de sustentabilidade desenvolvidos por Macagnan & Seibert (2021), chegando a 60 indicadores de sustentabilidade, divididos em 4 pilares (econômico, social, ambiental e cultural). Analisou-se os relatórios anuais, e constatando quais informações de sustentabilidade foram divulgadas. Por fim, foi realizado um teste de hipóteses para verificar se a média de evidenciação das informações do grupo de cooperativas brasileiras seriam iguais ou diferentes às das cooperativas alemãs.

Análise dos Resultados

Ao considerar as quatro categorias de indicadores (econômico, social, ambiental e cultural) individualmente, constatou-se uma diferença estatisticamente relevante entre a evidenciação de informações econômicas e ambientais entre Brasil e Alemanha, com as cooperativas de crédito alemãs também divulgando mais informações gerais de sustentabilidade que as cooperativas de crédito brasileiras. Todavia, a diferença estatística na evidenciação das informações nos pilares social e cultural não pôde ser comprovada na amostra analisada.

Conclusão

Dentre as cooperativas que compõem a amostra, as cooperativas alemãs evidenciam, em média, mais informações de sustentabilidade em seus relatórios anuais, que suas pares brasileiras. Com as informações disponíveis não é possível determinar uma causa para esta diferença na evidenciação das informações econômicas entre as cooperativas alemãs e brasileiras. No entanto, Westphal (2008) esclarece que na Alemanha as cooperativas, de modo geral priorizam a dimensão econômica, enquanto no Brasil a função social das cooperativas é explorada de maneira mais intensa.

Referências Bibliográficas

Aldrighi (2006); Aschhoff (1982); BCB (2008) (2022); BVR (2022); Confedbras (2022); Cuevas & Buchenau (2018); Cuevas & Fischer (2006); CSR (2022); de Freitas & de Freitas (2014); Lopez (1994); Macagnan & Seibert (2021); MacPherson (1979); McKillop et al.(2020); Meinen & Port (2012) (2016); Merrett & Walzer (2004); Migliorelli, M. (2018); Moody & Fite (1984); Mook et al. (2015); OCB (2022); Pinho (2004); Royle (1998); Seibel (2013); Smith (2012); Smith & Woodburry (2010); Soares & Ventura (2008); Staatz (1987); Walter (2006); Walton (2015); Westphal (2008); Yakar Pritchard & Çalilyurt (2021)

Palavras Chave

Cooperativas de crédito, Indicadores de evidenciação, Sustentabilidade

NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL E DA ALEMANHA

1. INTRODUÇÃO

As instituições financeiras cooperativas podem possuir denominações diferentes de acordo com o país em que estão localizadas. Tanto no Brasil, quanto nos EUA são denominadas cooperativas de crédito, assim como *caisse populaire* no Canadá. Já na Europa são denominados também como bancos cooperativos e são a principal forma organizacional dessas instituições. Há ainda as cooperativas de poupança e crédito e os *Shinkin Banks*, como são denominados no Japão. As diferentes denominações representam estruturas institucionais e organizacionais, disponibilidade de produtos e modelos de negócios diferentes, bem como o status legal e regulatório, que variam de acordo com o país, especialmente quando se trata de países desenvolvidos e emergentes. (Cuevas & Buchenau, 2018; McKillop *et al.*, 2020)

Este modelo de entidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atuam, principalmente em função de seu papel na mobilização de poupança e concessão de crédito. Isso ocorre devido a sua essência e seu papel primordial na missão de maximizar o bem-estar das comunidades locais. Nos países do sul da Europa, as cooperativas de crédito expandem suas atividades de empréstimos para pequenas empresas em áreas geográficas significativamente afetadas pela consolidação bancária, o que permite inferir sobre o aspecto complementar e relevante na concessão de crédito e intermediação financeira também desempenhado por esses agentes econômicos. Além disso, alguns autores sugerem, ainda, que as cooperativas de crédito estão mais bem equipadas para resistir a choques macroeconômicos em seus balanços. (Ely & Robinson, 2009; Smith & Woodbury, 2010; Smith, 2012; Hasan *et al.*, 2014; Migliorelli, 2018)

Marcos legais e regulatórios aderentes à natureza organizacional e estrutura institucional das entidades locais, especialmente sua governança e estrutura de capital, são essenciais para a estabilidade e crescimento do sistema cooperativista de crédito. Portanto, a governança e todo o aparato regulatório envolvido, além da redução da assimetria de informações, são fundamentais para um sistema cooperativista financeiro sólido e sustentável. Uma maneira de atenuar a assimetria informacional é mediante a evidenciação, ou *disclosure*, das informações de sustentabilidade, ainda mais no que diz respeito às cooperativas, visto que são norteadas pelos princípios cooperativos. Nesse sentido, foi utilizada a lista de 60 indicadores representativos de informações sobre sustentabilidade (econômico, social, ambiental e cultural), sobre a perspectiva dos *stakeholders*, para analisar e comparar as trinta maiores cooperativas de crédito do Brasil e da Alemanha. (Cuevas & Buchenau, 2018; Macagnan & Seibert, 2021; Yakar Pritchard & Çaliyurt, 2021)

O estudo se propõe a estudar as cooperativas de crédito do Brasil e da Alemanha, visto a relevância e potencial que este ramo possui nos países indicados (BVR, 2022a, 2022b; Confedbras, 2022; OCB, 2022). Além disso, como berço do cooperativismo de crédito, a Alemanha estabelece-se como um interessante objeto de comparação. Os resultados encontrados demonstram que houve diferença estatisticamente significativa quando observada a evidenciação dos 60 indicadores, com as cooperativas alemãs divulgando mais informações de sustentabilidade em seus relatórios anuais que as cooperativas brasileiras. Ao considerar as quatro categorias de indicadores (econômico, social, ambiental e cultural) individualmente, constatou-se uma diferença estatisticamente relevante entre a evidenciação de informações econômicas e ambientais entre Brasil e Alemanha, com as cooperativas de crédito alemãs também divulgando mais informações desta natureza que as cooperativas de crédito brasileiras. Todavia, a diferença na evidenciação das informações nos pilares social e cultural não pôde ser comprovada na amostra analisada.

1.1. Problema de Pesquisa e Objetivo

Tendo como escopo as cooperativas de crédito alemãs e brasileiras e os indicadores de evidencição de sustentabilidade, formula-se o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de evidencição de informações sobre as práticas de sustentabilidade de cooperativas de crédito brasileiras e alemãs?

Dessa forma, o artigo tem por objetivo verificar o nível de evidencição das informações representativas de sustentabilidade nas cooperativas brasileiras e alemãs, estabelecendo um comparativo entre o cenário de evidencição destas informações de sustentabilidade de cooperativas de crédito no Brasil e Alemanha. Portanto, o presente artigo contribui com as organizações cooperativas de crédito, tanto brasileiras quanto alemãs, visto que as mesmas podem estabelecer comparações com cooperativas tanto do mesmo país quanto do outro, analisando pontos a serem melhorados. Além disso, o artigo também contribui enriquecendo a literatura acerca do tema, visto que são poucos trabalhos que estabelecem comparações entre cooperativas de crédito entre países.

O artigo está estruturado em introdução, apresentando a seguir o problema de pesquisa e objetivo, fundamentação teórica, metodologia, apresentação e discussão dos resultados, conclusão e referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são abordados um breve histórico do cooperativismo de crédito, além de suas particularidades em relação à governança e sustentabilidade, e, ainda, as características intrínsecas relativas às cooperativas de crédito, tanto brasileiras quanto alemãs.

2.1 História das cooperativas de crédito

A inspiração para ideais cooperativos vem da Grã-Bretanha, em especial por meio da *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, onde um grupo de 28 trabalhadores uniu-se em 1844 para abrir sua loja cooperativa de venda de alimentos. Outra inspiração veio de New Lanark, na Escócia, onde Robert Owen e outros proprietários de usinas concordaram em limitar seus retornos sobre o capital investido e usar os lucros residuais acumulados em benefício de toda a comunidade. Após a reforma agrária e emancipação dos camponeses, criou-se um contingente de pequenos agricultores totalmente descapitalizados, que dependiam do crédito de lojistas e comerciantes de produtos agrícolas, além de outros credores informais. Dessa forma, além do crédito ser caro, ainda era escasso, dependendo da compra de outros produtos, ou seja, as relações de crédito dependiam, em parte, de alguma outra transação, fazendo com que os custos explícitos e implícitos chegassem a uma taxa anual de 30%. (Royle, 1998; Guinnane, 2001; Merrett & Walzer, 2004; Walton, 2015)

Neste contexto, as instituições financeiras cooperativas surgiram na Alemanha, como instituições filantrópicas de autoajuda, destinadas a incentivar os trabalhadores a juntar recursos e acumular economias. Hermann Schulze-Delitzsch, político e juiz, foi o fundador da primeira cooperativa de crédito urbana, em 1850 e tinha como objetivo solucionar parte dos problemas de oferta de crédito. No mesmo período, surgiu também a primeira cooperativa de crédito rural, fundada em 1862, por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, prefeito da Renânia Ocidental. Embora contemporâneos, os dois pioneiros do movimento cooperativo na Alemanha nunca trabalharam juntos. Schulze-Delitzsch atuava nos centros urbanos, e Raiffeisen nas áreas rurais, direcionando seus esforços para ajudar diferentes grupos geográficos de pessoas. Entretanto, ambos tinham em comum a convivência com o baixo desenvolvimento econômico e social de meados do século XIX. Friedrich Wilhelm Raiffeisen enfatizou princípios cristãos como motivação para criação da primeira cooperativa de crédito rural. Seu modelo cooperativo espalhou-se rapidamente para os países vizinhos, como Áustria, Bélgica, Suíça e Holanda, destacando-se as cooperativas criadas por Luigi Luzzatti, na Itália. (MacPherson, 1979;

Aschhoff, 1982; Moody & Fite, 1984; Kaushik & Lopez, 1994; Walter, 2006; Mook *et al.*, 2015; McKillop *et al.*, 2020)

Um fato a se destacar nas primeiras cooperativas de crédito, é que seus dirigentes restringiram intencionalmente suas operações para um pequeno número de pessoas e uma pequena área geográfica. No modelo de cooperativas de crédito desenvolvido por Raiffeisen, que se transformou na federação *Raiffeisenbank*, em 1913, 80% dos associados estavam localizados em áreas com até 3.000 habitantes ou menos. Para os líderes dessas cooperativas a limitação a uma pequena área geográfica, como uma aldeia ou várias aldeias, permitia que seus membros atuais, desfrutassem de um bom conhecimento dos hábitos, caráter e habilidades uns dos outros. Assim, a cooperativa conseguia realizar a triagem de potenciais mutuários, monitorar aqueles que tomaram empréstimos, além de seu pagamento, e, também, aplicar sanções econômicas e extraeconômicas aos devedores, a baixo custo. Outra questão relevante em seu modelo, era que, em função das cooperativas serem baseadas localmente, recusavam a adesão daqueles residentes de fora de sua própria área. Além disso, um membro expulso de uma cooperativa, por não pagar seu empréstimo, era cortado de qualquer outra cooperativa de crédito. Tais mecanismos utilizados podem ser considerados uma forma rudimentar de governança corporativa. (Guinanne, 2001)

No Brasil, a primeira cooperativa de crédito foi criada em 1889, em Minas Gerais, e denominava-se Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. No entanto, é considerado o marco inicial do cooperativismo de crédito no Brasil a fundação da Sociedade Cooperativa Caixa de Economias e Empréstimos de Nova Petrópolis, em 1902, pelo padre jesuíta Theodor Amstad. De acordo com Meinen e Port (2016), a inspiração do Padre Jesuíta, conhecedor da experiência alemã, veio do modelo de *Raiffeisen*. A partir do Decreto Lei 979 de 1903 e do Decreto Lei 1.637 de 1907 o movimento cooperativista brasileiro foi crescendo, novas cooperativas foram sendo criadas, incentivando o surgimento de outras. Assim, as cooperativas de crédito passaram a representar um importante agente de financiamento das atividades agropecuárias, concedendo crédito, inclusive, para aquisição de terras. Um exemplo dessa expansão é que, em 1925, no Rio Grande do Sul, 18 cooperativas se uniram e formaram a primeira central de cooperativas de crédito brasileira, denominada à época de Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul. (Meinen & Port, 2012; de Freitas & de Freitas, 2014; Meinen & Port, 2016)

Entre as décadas de 1940 e 1960 houve uma considerável expansão de cooperativas de crédito do modelo Luzzatti, em especial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Todavia, por meio da Lei 4.595 de 1964, que reformou o Sistema Financeiro Nacional, e de outras leis e decretos, as cooperativas de crédito passaram a ser equiparadas às demais instituições financeiras, o que acabou por dificultar e restringir consideravelmente o cooperativismo de crédito, com a liquidação quase total das cooperativas deste ramo. (Pinho, 2004; Meinen & Port, 2012; de Freitas & de Freitas, 2014; Meinen & Port, 2016)

Com a implantação do Sistema OCB, por meio da Lei 5.764/71, e mais adiante com a promulgação da Constituição de 1988, que proibia a interferência do Estado em associações, houve um acentuado crescimento das cooperativas de crédito no país, uma vez que priorizava a autogestão do cooperativismo. No período compreendido entre 1996 e 2002 houve a internacionalização do cooperativismo brasileiro, a consolidação das confederações de crédito e a evolução da vertente de economia solidária. De 2003 adiante, o cooperativismo de crédito, no Brasil, se solidificou ainda mais por meio de novas normas de constituição deste tipo de cooperativa e o incentivo à expansão do microcrédito cooperativo. (Pinho, 2004)

2.2 Governança e sustentabilidade nas cooperativas de crédito e no sistema cooperativista

Os princípios cooperativistas, quando complementados com o efetivo papel do Estado de impor limites através de leis, regulação e supervisão, sem, no entanto, interferir na autonomia

das cooperativas, permite sua perenidade e sustentabilidade, como evidenciado em países desenvolvidos como EUA, Canadá, em muitos da Europa, e, especialmente, na Alemanha. Além desse papel regulador e normativo do Estado, mecanismos de governança devem ser desenvolvidos e executados pelas cooperativas de crédito, com o objetivo de proteger os interesses dos cooperados. (Cuevas & Fischer, 2006; Soares & Ventura, 2008; Seibel, 2013; Cuevas & Buchenau, 2018)

Para Cuevas e Buchenau (2018) os princípios basilares do cooperativismo de crédito são:

1. cada associado corresponde a um voto;
2. não deve ser permitido desagregar votos e filiação;
3. associados fornecem e usam fundos;
4. os dividendos, quando houver, são distribuídos aos poupadores e mutuários na proporção da sua parte na atividade de intermediação.

Um aspecto a ser ressaltado quanto à organização das cooperativas é o duplo papel dos cooperados. Staatz (1987) aponta que os cooperados são, ao mesmo tempo, usuários e proprietários da cooperativa de que fazem parte. Assim, como afirma o autor, os cooperados devem se ater a dois pontos distintos: interesses como usuário, que englobam questões sobre preço e qualidade dos produtos e serviços da cooperativa; e interesses como proprietários, que compreendem aspectos referentes à gestão da cooperativa.

As características inerentes às cooperativas de crédito não as blindam de problemas de agência, uma vez que, em função de cada sócio deter apenas um voto, e não haver cotações em bolsa de valores, não há um incentivo ao monitoramento extensivo dos agentes de decisão. Do ponto de vista da Teoria de Agência, de Jensen e Meckling (1976), ainda que cooperativas de crédito e bancos estejam sujeitos a tais conflitos, a abordagem desse tema, a partir da mitigação do conflito agente-principal, constitui-se como fator chave para solidez ou fracasso das cooperativas. Além disso, uma sólida e eficiente regulação, bem como uma supervisão que o considere são essenciais, de igual forma, para sustentabilidade das cooperativas de crédito. (Aldrighi, 2006; Cuevas & Fischer, 2006; Soares & Ventura, 2008; Cuevas & Buchenau, 2018)

O fato dos conselheiros, tanto fiscais quanto de administração, serem também proprietários, dada a responsabilidade, acesso à informação e conhecimento técnico, a especificidade das características das cooperativas de crédito pode incentivar decisões que não representem o pensamento coletivo, ou seja, da Assembleia Geral. Assim, além de normas e controles internos que considerem tais possibilidades, também são necessárias regras claras que previnam e inibam questões relacionadas a decisões de crédito para si, para parentes próximos ou para membros do conselho. Além disso, há a necessidade de haver o monitoramento e a supervisão da gestão para evitar comportamento de preferência de despesas. Outro aspecto relevante é a sucessão, crucial para a sustentabilidade das cooperativas de crédito. Entretanto, o que se verifica é que muitas vezes critérios de sucessão são definidos de maneira vaga, deficiente e sem as devidas qualificações técnicas, comprometendo, portanto, a governança e gestão destas entidades. (BCB, 2008; Soares & Ventura, 2008; Cuevas & Buchenau, 2018)

É salutar também destacar que, diferentemente do Brasil, onde não existe qualquer obrigatoriedade, na Alemanha, o Código Alemão de Sustentabilidade (DNK) obriga as empresas com ativos maiores que € 40 milhões, ou com vendas líquidas maiores que € 20 milhões ou ainda com número médio de funcionários no período de pelo menos 250, a publicarem em seus relatórios anuais informações sobre sustentabilidade (DNK, 2022). Além disso, em 2014, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros da União Europeia (UE), aprovaram a Diretiva 2014/95, para ampliar o escopo dos relatórios de grandes empresas orientadas para o mercado de capitais, instituições de crédito, instituições de serviços financeiros e companhias de seguros. O objetivo desta Diretiva foi, em particular, aumentar a transparência sobre os aspectos ambientais e sociais das empresas na EU, envolvendo a

evidenciação de informações relativas a questões ambientais, sociais e trabalhistas, bem como o respeito aos direitos humanos e o combate à corrupção. Assim, a Alemanha promulgou a Lei de Implementação de Responsabilidade Social Corporativa, aplicável aos relatórios de gestão desde o exercício de 2017 (CSR – Verantwortung Unternehmen, 2022). Assim, as cooperativas de crédito alemãs, são obrigadas, por lei, a divulgarem em seus relatórios anuais informações concernentes aos aspectos ambientais e sociais em suas organizações.

A Tabela 1 apresenta os dados relativos às cooperativas de crédito brasileiras e alemãs, de acordo com dados da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras, 2022) e da *Bundesverband der Deutschen Volksbanken und Raiffeisenbanken* (BVR, 2022a, 2022b), referentes a 31 de dezembro de 2021.

Tabela 1 – Dados referentes às cooperativas brasileiras e alemãs

País	Número de cooperativas de primeiro grau	Associados (em milhões)	Patrimônio Líquido (em bilhões de R\$)*	Ativos totais (em bilhões de R\$)*	Resultado do período (em bilhões de R\$)*
Brasil	818	14,683	67,71	425,17	10,23
Alemanha	772	18,177	818,54	9.897,93	47,42

Fonte: Confebras (2022); BVR (2022a, 2022b).

* para transformar os valores de Euros para Reais, foi utilizada a cotação de oficial do BCB (2022), de 31/12/2021 (€ 1,00 = R\$ 6,3187).

Como pode ser observado na Tabela 1, apesar da proximidade do número de cooperativas e de associados, as cooperativas de crédito alemãs têm números mais expressivos quando analisados o Patrimônio Líquido, os Ativos Totais e o Resultado em 2021.

3. METODOLOGIA

Para a pesquisa foi separada uma amostra não aleatória das 30 maiores cooperativas de crédito brasileiras e das 30 maiores cooperativas de crédito alemãs, ranqueadas em ativos totais, podendo ser consideradas as mais relevantes dentre os países estudados. Estes dados foram retirados dos sites da Confebras (2022) e do *Bundesverband der Deutschen Volksbanken und Raiffeisenbanken* (BVR, 2022a). O universo total de cooperativas de crédito brasileiras, em 2021 era de 818 cooperativas, já as alemãs totalizavam, também em 2021, 772 cooperativas.

Na primeira etapa da pesquisa adaptamos os indicadores de sustentabilidade desenvolvidos por Macagnan & Seibert (2021). Foi necessária essa adaptação para a exclusão de um dos indicadores sociais relacionado ao FATES, visto que, pela legislação cooperativista alemã não há previsão de retenção obrigatória de valores para destinação técnica, educacional ou social. Dessa forma, dos 61 indicadores, foram utilizados na pesquisa 60 indicadores, divididos entres os pilares econômico, social, ambiental e cultural, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1: Indicadores de sustentabilidade

PILAR	Indicador
	Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial e DRE
	Investimentos
	Relatório de auditoria
	Empréstimos e financiamentos
	Fluxo de caixa
	Indicadores de desempenho econômico-financeiro
	Benefícios aos associados/participação nas sobras
	Relatório da administração

Econômico	Relatório do conselho fiscal
	Benefícios aos colaboradores/participação nas sobras
	Planejamento estratégico
	Multas e litígios
	Folha de pagamento
	Associados adimplentes/inadimplentes
	Remuneração da administração
	Remuneração dos conselheiros
	Turnover de associados
	Turnover de colaboradores
	Orçamento
	Plano de cargos e salários
	Social
Número de associados	
Projetos sociais	
Programa de formação continuada	
Princípios cooperativistas	
Número de colaboradores	
Estrutura de governança cooperativa	
Programas de integração	
Participação em programas sociais do governo	
Código de ética e conduta	
Estatuto social	
Assistência técnica	
Balanco social	
Formação continuada ao associado	
Índices de desempenho social	
Plano de benefícios aos associados	
Plano de benefícios aos colaboradores	
Ambiental	Campanhas de educação e conscientização ambiental
	Políticas de sustentabilidade ambiental
	Campanha de incentivo ao consumo consciente
	Tecnologia para sustentabilidade
	Consumo de recursos naturais
	Projeto de preservação ambiental
	Relatório de sustentabilidade
	Programa de reciclagem e tratamento de lixo
	Redução de poluentes
	Licenças ambientais
	Legislação ambiental
Retorno dos investimentos ambientais	
Multas e litígios ambientais	
Cultural	História da cooperativa
	Missão, visão princípios e valores da cooperativa
	Ações culturais desenvolvidas pela cooperativa
	Patrocínios de ações/atividades na cultura local e regional
	Incentivo à cultura local e regional
	Prêmios e certificações
	Eventos para fortalecer a identidade cooperativista
	Programa de educação cooperativista
	Biblioteca (física ou virtual) sobre cooperativismo
	Políticas de contratação de filhos (parentes) de associados

Fonte: adaptado de Macagnan & Seibert (2021)

O passo seguinte foi a análise das cooperativas de crédito componentes na amostra. Diferentemente de Macagnan e Seibert (2021), que analisaram os sites das cooperativas e os relatórios anuais, o presente artigo analisa apenas os relatórios anuais das cooperativas de

crédito, visto que é a principal ferramenta de informações que as cooperativas utilizam para comunicar diretamente seus associados acerca das atividades e resultados anuais destas. Há de se destacar que os relatórios foram obtidos nos sites das cooperativas componentes da amostra, sendo que foi realizado o *download* sempre do relatório mais atual, ou seja, em algumas cooperativas foi baixado o relatório do ano de 2020, em outras o relatório de 2021. Para cada item constatado no relatório anual, um ponto foi somado ao índice, portanto o somatório total de pontos do índice é 60. Além disso, foi segregada a soma para cada um dos pilares, com o objetivo de observar se há diferença também nos pilares entre as cooperativas brasileiras e alemãs.

Na sequência, com os valores dos índices já em mãos, foi realizada uma análise descritiva dos resultados das cooperativas brasileiras e alemãs, de maneira separada. Os resultados analisados foram os índices totais, com somatório máximo de 60; os índices do pilar econômico, com valor máximo de 20; os índices sociais, com valor máximo de 17; os índices do pilar ambiental, com somatório máximo de 13; e os índices culturais, com valor máximo de 10.

Por fim, foi realizado um teste de hipóteses para verificar se a média dos índices do grupo de cooperativas brasileiras seriam iguais ou diferentes às das cooperativas alemãs. Os testes utilizados foram o teste t de Student para amostras independentes, o teste t para amostras independentes com correção de Welch e o teste U de Mann-Whitney, a depender das premissas de normalidade (Shapiro-Wilk) e homoscedasticidade (Levene) encontrados na amostra. Assim, pode-se comparar se as cooperativas brasileiras apresentam ou não o mesmo nível de conformidade aos indicadores de sustentabilidade sugeridos que as cooperativas de crédito alemãs. (Freund, 2006)

O estudo também apresenta algumas limitações, como: o reconhecimento das práticas de sustentabilidade nos relatórios das cooperativas de crédito é passível de subjetividade, o que pode acarretar diferentes conclusões em trabalhos futuros utilizando a mesma amostra. Além disso, a amostra pode ser considerada pequena, impossibilitando o emprego de testes estatísticos mais robustos. Por fim, os achados da pesquisa não podem ser generalizados a todas as cooperativas nem a todos os ramos cooperativos, uma vez que foi utilizada uma reduzida amostra de cooperativas de crédito de cada país.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Já no Quadro 2 são demonstrados os resultados do nível de evidenciação de sustentabilidade geral, contemplando todos os 60 indicadores adaptados de Macagnan e Seibert (2021).

Quadro 2 – Resultados do nível de evidenciação de sustentabilidade das cooperativas brasileiras e alemãs

Cooperativa	Nível de evidenciação		Cooperativa	Nível de evidenciação	
	Pontuação	Percentual		Pontuação	Percentual
Cooperativa 17 Brasil	34	56,67%	Cooperativa 5 Alemanha	38	63,33%
Cooperativa 2 Brasil	31	51,67%	Cooperativa 6 Alemanha	36	60,00%
Cooperativa 1 Brasil	30	50,00%	Cooperativa 4 Alemanha	35	58,33%
Cooperativa 4 Brasil	30	50,00%	Cooperativa 1 Alemanha	33	55,00%
Cooperativa 3 Brasil	27	45,00%	Cooperativa 23 Alemanha	32	53,33%
Cooperativa 7 Brasil	26	43,33%	Cooperativa 8 Alemanha	31	51,67%
Cooperativa 8 Brasil	26	43,33%	Cooperativa 3 Alemanha	30	50,00%
Cooperativa 27 Brasil	26	43,33%	Cooperativa 16 Alemanha	30	50,00%
Cooperativa 18 Brasil	24	40,00%	Cooperativa 13 Alemanha	29	48,33%
Cooperativa 24 Brasil	22	36,67%	Cooperativa 17 Alemanha	29	48,33%
Cooperativa 16 Brasil	21	35,00%	Cooperativa 19 Alemanha	29	48,33%
Cooperativa 9 Brasil	20	33,33%	Cooperativa 14 Alemanha	28	46,67%

Cooperativa 15 Brasil	19	31,67%	Cooperativa 15 Alemanha	28	46,67%
Cooperativa 13 Brasil	18	30,00%	Cooperativa 18 Alemanha	28	46,67%
Cooperativa 28 Brasil	18	30,00%	Cooperativa 21 Alemanha	27	45,00%
Cooperativa 29 Brasil	18	30,00%	Cooperativa 22 Alemanha	27	45,00%
Cooperativa 12 Brasil	17	28,33%	Cooperativa 25 Alemanha	27	45,00%
Cooperativa 30 Brasil	17	28,33%	Cooperativa 28 Alemanha	27	45,00%
Cooperativa 6 Brasil	16	26,67%	Cooperativa 26 Alemanha	26	43,33%
Cooperativa 21 Brasil	16	26,67%	Cooperativa 30 Alemanha	26	43,33%
Cooperativa 25 Brasil	16	26,67%	Cooperativa 7 Alemanha	23	38,33%
Cooperativa 11 Brasil	15	25,00%	Cooperativa 9 Alemanha	23	38,33%
Cooperativa 20 Brasil	15	25,00%	Cooperativa 2 Alemanha	22	36,67%
Cooperativa 22 Brasil	15	25,00%	Cooperativa 11 Alemanha	22	36,67%
Cooperativa 14 Brasil	14	23,33%	Cooperativa 20 Alemanha	20	33,33%
Cooperativa 19 Brasil	13	21,67%	Cooperativa 10 Alemanha	19	31,67%
Cooperativa 23 Brasil	12	20,00%	Cooperativa 27 Alemanha	18	30,00%
Cooperativa 5 Brasil	9	15,00%	Cooperativa 12 Alemanha	14	23,33%
Cooperativa 10 Brasil	9	15,00%	Cooperativa 24 Alemanha	14	23,33%
Cooperativa 26 Brasil	7	11,67%	Cooperativa 29 Alemanha	11	18,33%

Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 2 apresenta o nível de evidenciação das informações de sustentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras e alemãs, segregadas em pontuação (0 a 60) e em percentual (0% a 100%). É possível observar que a cooperativa de crédito brasileira que mais evidencia os indicadores de sustentabilidade propostos é a cooperativa 17, com uma de evidenciação de 34 itens, ou seja, com um nível de evidenciação de 56,67% das informações. Já a cooperativa alemã que mais evidencia os indicadores de sustentabilidade propostos, com pontuação de 38 evidenciações do total de 60 (nível de evidenciação de 63,33%), é a Cooperativa 5. Por outro lado, a cooperativa brasileira que apresenta o menor índice de evidenciação é a Cooperativa 26, com 7 evidenciações ou 11,67% dos itens evidenciados, e a cooperativa da Alemanha que menos evidencia as informações em seu relatório é a Cooperativa 29, com 11 evidenciações, ou seja, com um nível de evidenciação das informações de 18,33%. O Quadro 3 apresenta a análise descritiva destes resultados encontrados.

Quadro 3 – Análise descritiva dos resultados de sustentabilidade geral

Descrição	Cooperativas brasileiras		Cooperativas alemãs	
	Pontuação	Percentual	Pontuação	Percentual
Média	19,4	32,3%	26,1	43,4%
Mediana	18	30%	27	45%
Desvio Padrão	6,94	11,6	6,49	10,8
Máximo	34	56,7%	38	63,3%
Mínimo	7	11,7%	11	18,3%

Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 3 revela que tanto a média quanto a mediana das cooperativas brasileiras e alemãs são diferentes, com a média de evidenciação dos indicadores de sustentabilidade sendo 19,4, ou 32,3%, para as cooperativas brasileiras, e 26,1, ou 43,4%, para as cooperativas alemãs, e a mediana de 18 (30%) para as cooperativas de crédito brasileiras e de 27 (45%) para as alemãs. Todavia, é necessário analisar se essa diferença é estatisticamente significativa ou não. Assim, o Quadro 4 apresenta os resultados dos testes de normalidade Shapiro-Wilk e de homoscedasticidade de Levene para os resultados de sustentabilidade geral, utilizando a pontuação de 0 a 60.

Quadro 4 – Teste de Shapiro-Wilk e Teste de Levene para o nível de evidenciação geral

Teste de normalidade (Shapiro-Wilk)	W	p-valor
	0,990	0,906
Teste de homoscedasticidade (Levene)	F	p-valor
	0,404	0,527

Fonte: dados da pesquisa

Portanto, ao observar o Quadro 4, observa-se um comportamento de normalidade (p-valor = 0,906) e de homoscedasticidade (p-valor = 0,527) dos dados da amostra, levando em consideração um nível de significância de 0,05. Portanto, é aplicado à amostra o Teste t de Student, para verificar a diferença de média entre os grupos de cooperativas brasileiras e alemãs, conforme mostra o Quadro 5.

Quadro 5 – Teste t de Student para o nível de evidenciação geral

Estatística	df	p-valor
-3,86	58,0	<0,001

Fonte: dados da pesquisa

Desse modo, ao observar o Quadro 5, pode-se verificar que o p-valor da comparação entre o grupo de cooperativas brasileiras e o grupo de cooperativas alemãs foi menor que 0,001, com nível de significância de 0,05. Por meio deste resultado podemos rejeitar a hipótese nula de que a evidenciação dos indicadores de sustentabilidade propostos é igual entre as cooperativas do Brasil e da Alemanha, ou seja, observa-se que a diferença da evidenciação dos indicadores de sustentabilidade entre as cooperativas brasileiras e alemãs são estatisticamente significativas para este intervalo de confiança. Tal fato aponta que, dentre as cooperativas que compõem a amostra, as cooperativas alemãs evidenciam, em média, mais informações de sustentabilidade em seus relatórios anuais.

Também foi verificado se houve ou não diferença de evidenciação das informações entre os pilares de sustentabilidade. A análise estatística descritiva destes resultados é apresentada no Quadro 6, sendo apresentado apenas em valores percentuais.

Quadro 6 – Análise descritiva dos resultados segregados por pilares de sustentabilidade

Descrição	Econômico		Social		Ambiental		Cultural	
	Brasil	Alemanha	Brasil	Alemanha	Brasil	Alemanha	Brasil	Alemanha
Média	43,2%	51%	33,1%	37,5%	15,4%	56,7%	31%	21,3%
Mediana	45%	52,5%	29,4%	41,2%	7,69%	61,5%	35%	20%
Desvio Padrão	15,8	10,9	18,3	11,2	20,2	22,4	22,2	16,6
Máximo	75%	70%	70,6%	58,8%	69,2%	76,9%	60%	70%
Mínimo	20%	30%	0%	11,8%	0%	0%	0%	0%

Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o Quadro 6, quanto ao pilar econômico, as cooperativas de crédito alemãs se sobressaem no nível de evidenciação tanto na média quanto na mediana quando comparadas às cooperativas de crédito brasileiras. O mesmo ocorre nos pilares social e ambiental, sendo que chama a atenção que no pilar ambiental a diferença é ainda maior na evidenciação dos indicadores de sustentabilidade, com as cooperativas da Alemanha tendo média e mediana de 56,7% e 61,5%, respectivamente, enquanto as brasileiras ficaram com média de 15,4% e mediana de 7,69%.

Por outro lado, quando analisado o pilar cultural, as cooperativas de crédito brasileiras apresentam média e medianas maiores que as cooperativas alemãs. Assim, para verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de amostras brasileiras e

alemãs, foram realizados testes de diferença de média para cada um dos pilares (econômico, social, ambiental e cultural). Todavia, foi necessário verificar a normalidade e a homoscedasticidades dos dados da amostra, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Teste de Shapiro-Wilk e Teste de Levene para o nível de evidência segregados por pilares de sustentabilidade

	Econômico		Social		Ambiental		Cultural	
	W	p-valor	W	p-valor	W	p-valor	W	p-valor
Teste de normalidade (Shapiro-Wilk)	0,974	0,217	0,987	0,790	0,936	0,004	0,956	0,029
Teste de homoscedasticidade (Levene)	F	p-valor	F	p-valor	F	p-valor	F	p-valor
	4,11	0,047	9,59	0,003	-	-	-	-

Fonte: dados da pesquisa

Como é possível visualizar no Quadro 7, e utilizando nível de significância de 0,05, para o pilar econômico os dados apresentam normalidade, porém não apresentam homoscedasticidade, o mesmo ocorrendo para o pilar social. Assim, para os dados destes dois pilares, foi realizado o Teste t de Welch. Quanto aos pilares ambiental e cultural, ambos não apresentam normalidade dos dados, assim foi utilizado o Teste U de Mann-Whitney. Os resultados dos testes de diferença de média dos pilares de sustentabilidade são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Testes de diferença de média segregados por pilar de sustentabilidade

	Econômico		Social		Ambiental		Cultural	
	Est.	p-valor	Est.	p-valor	-	-	-	-
Teste t de Welch	-2,24	0,029	-1,10	0,276	-	-	-	-
Teste U de Mann-Whitney	-	-	-	-	Est.	p-valor	Est.	p-valor
	-	-	-	-	107	<0,001	340	0,1

Fonte: dados da pesquisa

Ao observar o Quadro 8, não se pode rejeitar a hipótese nula de que a evidência dos indicadores de sustentabilidade dos pilares social e cultural é igual entre as cooperativas do Brasil e da Alemanha, ou seja, observa-se que a diferença da evidência dos indicadores de sustentabilidade destes dois pilares entre as cooperativas brasileiras e alemãs não são estatisticamente significativas para o nível de significância de 0,05.

Todavia, quando levamos em consideração a evidência dos indicadores de sustentabilidade dos pilares econômico e ambiental, a diferença entre as cooperativas brasileiras e alemãs ficam explícitas, com as cooperativas de crédito da Alemanha tendo uma média de evidência deste tipo de informação maior que seus pares brasileiros, em especial quando consideramos o pilar ambiental. Como é possível observar no Quadro 6, as cooperativas alemãs evidenciam uma média de 51% das informações econômicas, e as brasileiras têm uma média do nível de evidência das informações de 43,2%. Tal diferença é comprovada estatisticamente pelo Teste t de Welch com p-valor de 0,029, como pode ser verificado no Quadro 8. Com as informações disponíveis não é possível determinar uma causa para esta diferença na evidência das informações econômicas entre as cooperativas alemãs e brasileiras. No entanto, Westphal (2008) esclarece que na Alemanha as cooperativas, de modo geral priorizam a dimensão econômica, enquanto no Brasil a função social das cooperativas é explorada de maneira mais intensa.

Quanto ao pilar ambiental, a diferença de evidência dos indicadores de sustentabilidade utilizados é ainda maior que no pilar econômica, como pode ser comprovado no Quadro 6, sendo as cooperativas de crédito alemãs tem média do nível de evidência das informações ambientais de 56,7%, enquanto as cooperativas de crédito brasileiras evidenciam em média 15,4% deste tipo de informação. O Quadro 8 expõe que esta diferença é

estatisticamente relevante, com p-valor menor que 0,001, para um nível de significância de 0,05. Um dos possíveis motivos para isso é o fato de que na Alemanha existe a Lei de Implementação de Responsabilidade Social Corporativa, que, seguindo a Diretiva 2014/95 da União Europeia, obriga as empresas, dentre elas as cooperativas de crédito, a divulgarem informações não financeiras relacionadas à RSE (CSR – Verantwortung Unternehmen, 2022). Desse modo, é bastante notório, nos relatórios das cooperativas de crédito alemãs, uma certa padronização no que diz respeito à publicação de informações relacionadas à RSE, em especial se tratando do pilar ambiental de sustentabilidade.

Outro ponto a ser destacado é que a evidenciação das informações de sustentabilidade pode estar disponibilizada em outros meios, que não os relatórios anuais, como em outros relatórios disponibilizados pelas cooperativas ou nos sites institucionais das cooperativas que compõem a amostra.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi apurar as informações representativas de sustentabilidade que mitigam a assimetria de informação nas cooperativas brasileiras e alemãs, estabelecendo um comparativo entre o cenário de evidenciação das informações de sustentabilidade de cooperativas de crédito brasileiras e alemãs. Por meio da análise do relatório anual das 30 maiores cooperativas de crédito do Brasil e das 30 maiores cooperativas de crédito da Alemanha, pode-se observar que existe diferença estatisticamente significativa na evidenciação das informações de sustentabilidade como um todo, sendo que as cooperativas de crédito alemãs evidenciam mais informações desta natureza em seus relatórios anuais.

Quando as informações de sustentabilidade são segregadas por pilares (econômico, social, ambiental e cultural) pode-se observar uma diferença estatisticamente significativa entre a evidenciação de informações econômicas e ambientais nas cooperativas alemãs e brasileiras, sendo que as cooperativas de crédito alemãs evidenciam, em média, mais informações dos pilares econômico e ambiental que as cooperativas de crédito brasileiras. Quanto aos pilares social e cultural, não foram encontradas diferenças estatisticamente relevantes na evidenciação entre as cooperativas dos países pesquisados. Os resultados encontrados podem estar relacionados com a obrigatoriedade que as cooperativas de crédito alemãs têm de divulgarem informações não financeiras relacionadas à responsabilidade social em seus relatórios, todavia são necessários estudos complementares para corroborar tal proposição.

Outro ponto a se destacar é que os valores do índice de evidenciação das informações de sustentabilidade, tanto das cooperativas brasileiras quanto das cooperativas alemãs, ficaram abaixo dos resultados das cooperativas que mais evidenciam informações, apresentadas no estudo de Macagnan e Seibert (2021). O trabalho realizado pelas autoras teve como objeto cooperativas do ramo agropecuário, sendo que o presente estudo teve como foco cooperativas de crédito, porém, tal fato pode ser mais bem investigado em trabalhos futuros.

A pesquisa contribui com as cooperativas de crédito, uma vez que lança luz sobre as questões de evidenciação de informações em seus relatórios anuais. Estas informações, quando bem salientadas, podem vir a mitigar a assimetria de informações com os cooperados. Além disso, ao comparar a evidenciação em organizações de diferentes países, pode-se obter um panorama que venha a auxiliar na visualização de pontos de melhoria pelos organismos fiscalizadores e regulatórios.

Os resultados encontrados na presente pesquisa não podem ser generalizados a todas as cooperativas e a todos os ramos cooperativos, uma vez que foi utilizada uma amostra de 30 cooperativas de crédito de cada país. Desse modo, levando em consideração esta limitação, sugere-se estudos com uma amostra maior de cooperativas, de modo a utilizar ferramentas estatísticas mais robustas para comprovar, ou não, os resultados obtidos neste trabalho. Além

disso, estudos futuros também podem ser realizados utilizando amostras de organizações cooperativas de outros países, além de outros ramos de cooperativas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldrighi, D. M. (2006). Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros. *Brazilian Journal of Political Economy [online]*. 26(1), 137-157. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000100008>.
- Aschhoff, G. (1982). The banking principles of Hermann Schulze-Delitzsch and Friedrich Wilhelm Raiffeisen. In *German yearbook on business history* (pp. 19-41). Springer.
- BCB - Banco Central do Brasil. (2008). *Governança Cooperativa: Diretrizes para boas práticas de governança em cooperativas de crédito*. Recuperado em 10 julho, 2022, de <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/DiretrizesVersaoCompleta.pdf>
- BCB - Banco Central do Brasil. (2022). *Estatísticas monetárias e de crédito - todas as publicações*. Recuperada em 11 julho, 2022, de <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/historicomonetariascredito?ano=2022>
- BVR – Bundesverband der Deutschen Volksbanken und Raiffeisenbanken. (2022a). *All local cooperative banks temporarily as at December 31, 2021*. Recuperado em 30 junho, 2022, de [https://www.bvr.de/p.nsf/0/D3E488DF22571CECC1257D0A005439B7/\\$file/all%20local%20cooperative%20banks%20at%20December%2031,%202021.pdf](https://www.bvr.de/p.nsf/0/D3E488DF22571CECC1257D0A005439B7/$file/all%20local%20cooperative%20banks%20at%20December%2031,%202021.pdf)
- BVR – Bundesverband der Deutschen Volksbanken und Raiffeisenbanken. (2022b). *Performance of the local cooperative banks as at December 31, 2021*. Recuperado em 01 julho, 2022, de [https://www.bvr.de/p.nsf/0/95D06543CBF99032C1257D0A0051A812/\\$file/Performance%20of%20the%20local%20cooperative%20banks%202021.pdf](https://www.bvr.de/p.nsf/0/95D06543CBF99032C1257D0A0051A812/$file/Performance%20of%20the%20local%20cooperative%20banks%202021.pdf)
- Confedbras – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. (2022). *Painel de dados do Cooperativismo Financeiro*. Recuperado em 10 julho, 2022, de <https://www.confedbras.coop.br/bureau/powerbi/>
- Cuevas, C. E., & Buchenau, J. (2018). *Financial Cooperatives*. World Bank Publications.
- Cuevas, C. E., & Fischer, K. P. (2006). *Cooperative financial institutions: Issues in governance, regulation, and supervision* (No. 82). World Bank Publications.
- CSR – Verantwortung Unternehmen. (2022). *Aktivitäten der Bundesregierung*. Recuperado em 9 julho, 2022, de <https://www.csr-in-deutschland.de/DE/CSR-Allgemein/CSR-Politik/CSR-in-Deutschland/Aktivitaeten-der-Bundesregierung/aktivitaeten-derbundesregierung.html>
- de Freitas, A. F., & de Freitas, A. F. (2014). O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 10(2).
- DNK – Deutscher Nachhaltigkeits Kodex. (2022). *Den DNK zur Erfüllung der CSR-Berichtspflicht nutzen*. Recuperado em 9 julho, 2022, de [https://www.deutscher-nachhaltigkeitskodex.de/de-DE/Home/DNK/CSR-RUG#:~:text=Das%20CSR%2DRichtlinie%20Umsetzungsgesetz%20fordert,Bestechung%20\(%C2%A7%20289c%20HGB\)](https://www.deutscher-nachhaltigkeitskodex.de/de-DE/Home/DNK/CSR-RUG#:~:text=Das%20CSR%2DRichtlinie%20Umsetzungsgesetz%20fordert,Bestechung%20(%C2%A7%20289c%20HGB)).
- Ely, D. P., Robinson, K. J. (2009). Credit Unions and Small Business Lending. *J Financ Serv Res* 35(1), 53-80. <https://doi.org/10.1007/s10693-008-0038-3>
- Freund, J. E. (2006). *Estatística aplicada à economia, administração e contabilidade*. Bookman.

- Guinnane, T. W. (2001). Cooperatives as information machines: German rural credit cooperatives, 1883–1914. *The Journal of Economic History*, 61(2), 366-389.
- Hasan, I., Jackowicz, K., Kowalewski, O., & Kozłowski, Ł. (2014). Bank ownership structure, SME lending and local credit markets. *Bank of Finland Research Discussion Paper*, (22).
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360. <https://doi.org/10.2139/ssrn.94043>
- Kaushik, S. K., & Lopez, R. H. (1994). The structure and growth of the credit union industry in the United States: Meeting challenges of the market. *American Journal of Economics and Sociology*, 53(2), 219-243.
- Macagnan, C. B., & Seibert, R. M. (2021). *Sustainability Indicators: Information Asymmetry Mitigators between Cooperative Organizations and Their Primary Stakeholders*. *Sustainability*, 13(15), 8217. <https://doi.org/10.3390/su13158217>
- MacPherson, I. (1979). *Each for All a History of the Co Operative Movement in English Canada 1900-1945* (Cls 116). Carleton Univ Pr.
- McKillop, D., French, D., Quinn, B., Sobiech, A. L., & Wilson, J. O. (2020). Cooperative financial institutions: A review of the literature. *International Review of Financial Analysis*, 71. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2020.101520>
- Meinen, Ê. & Port, M. (2012). *O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã*. Editora Confabras.
- Meinen, Ê. & Port, M. (2016). *Cooperativismo Financeira, percurso histórico, perspectivas e desafios*. Editora Confabras.
- Merrett, C. D., & Walzer, N. (Eds.). (2004). *Cooperatives and local development: Theory and applications for the 21st century*. ME Sharpe.
- Migliorelli, M. (2018). Cooperative banks lending during and after the great crisis. In *New cooperative banking in Europe* (pp. 47-85). Palgrave Macmillan, Cham.
- Moody, J. C., & Fite, G. C. (1984). *The credit union movement: Origins and development, 1850-1970*. University of Nebraska Press.
- Mook, L., Maiorano, J., & Quarter, J. (2015). Credit unions: Market niche or market accommodation?. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 44(4), 814-831.
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. (2022). *Anuário Coop 2022 – Crédito*. Recuperado em 10 julho, 2022, de <https://anuario.coop.br/ramos/credito/>
- Pinho, D. B. (2004). *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. Editora Saraiva.
- Royle, E. (1998). *Robert Owen and the Commencement of the Millennium: The Harmony Community at Queenwood Farm, Hampshire, 1839-1845*. Manchester University Press.
- Seibel, Hans D. (2013). Financial cooperatives—what role for government? The rise and fall of the credit cooperative system in India. *Cooperative and Microfinance Revolution*. Lagos, Soma Prints.
- Smith, D. M. (2012). *Commercial lending during the crisis: Credit unions vs. banks*. Filene Research Institute.

- Smith, D. M., & Woodbury, S. A. (2010). *Withstanding a financial firestorm: credit unions vs. banks*. Filene Research Institute.
- Soares, M. M., & Ventura, E. C. F. (2008). Governança cooperativa: as funções estratégicas e executivas em cooperativas de crédito no Brasil. Encontro de Pesquisadores Latinoamericanos De Cooperativismo, 5, 1-20.
- Statz, J. M. (1987). *The Structural Characteristics of Farmer Cooperatives and their Behavioral Consequences*. Cooperative Theory: New Approach. U.S. Department of Agriculture, ACS Service Report.
- Walter, J. R. (2006). Not your father's credit union. *FRB Richmond Economic Quarterly*, 92(4), 353-377.
- Walton, J. K. (2015). Revisiting the Rochdale pioneers. *Labour History Review*, 80(3), 215-249.
- Westphal, V. H. (2008). Os Sistemas Cooperativistas Brasileiro e Alemão: aspectos comparativos. *Revista Contabilidade e Organizações*, 2(4), 40-54.
- Yakar Pritchard, G., & Çaliyurt, K. T. (2021). Sustainability reporting in cooperatives. *Risks*, 9(6), 117.